

1
Rom
ALH

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO
ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JUNHO DE 2022
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 02/2022**

----- Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

- Presidente:** Miguel Paulo Ferreira Ribeiro
1.ª Secretária: Ana Raquel da Silva Costa Gil
2.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa
Dinis Filipe Lourenço Loja
Catarina Marques Nobre de Sousa
André Jorge Neves da Luz
Luís Pedro Parreira da Silva

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

- Presidente:** José Pedro do Nascimento Arsénio
Secretária: Ana Paula de Jesus Pereira Sabido
Tesoureiro: Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

-----Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 21h05 horas. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Presidente da Assembleia informa que são cedidos aproximadamente vinte minutos para intervenção dos munícipes presentes.-----

----- O Sr. Carlos Alberto pede a palavra e num primeiro ponto solicita o melhoramento do acesso à Praia do Salto. Informa também que procedeu ao corte de arbustos junto ao passeio pedonal na Praia da Samoqueira e solicita à Junta a recolha dos mesmos. Por fim,

refere que o passeio pedonal existente junto ao Porto Covo Hotel Praia & Spa foi fechado e que há ainda um taipal que fecha o acesso à passagem que existe em frente ao portão do lote 87, na rua da Eira Nova. -----

----- O Sr. José Costa pede a palavra e diz que o assunto que pretende abordar já foi falado na última Assembleia de Freguesia e levantado por si, genericamente, na última Assembleia Municipal, no entanto, após o acidente que ocorreu recentemente perto da sua casa, sente-se obrigado a vir expor o problema porque vem aí o Verão e as coisas tendem a complicar-se. O trânsito é uma situação problemática em alguns locais da zona centro de Porto Covo, e na sua opinião deviam ser tomadas algumas medidas urgentes para prevenir situações como a ocorrida ou piores até que o regulamento viário seja aprovado. A situação que ocorreu foi um choque entre uma viatura que circulava na Rua do Mar, vinda do sentido da Praia Grande, com outra que subia a Rua José Faial e que não terá parado no stop existente nas traseiras do restaurante "Zé Inácio". Informa que o sinal está lá, mas é pouco visível principalmente quando estão viaturas altas estacionadas no local. Face ao exposto, considera que esta situação merece alguma atenção por parte da Junta. Outra questão refere-se à velocidade excessiva com que alguns carros passam na Rua do Mar em direção à baía, quando no cruzamento com a Rua Vasco da Gama, que é pedonal, há sempre a possibilidade de surgir uma pessoa ou uma criança de bicicleta e não conseguirem travar atempadamente. Para evitar que tal aconteça, sugere a colocação de um sinal de limitação de velocidade, nesse local. Refere ainda outra situação na mesma zona, onde foram colocados sinais de proibição de passagem de autocaravanas cuja intenção é boa, mas criou outra situação problemática porque as autocaravanas ficam bloqueadas no cruzamento da Rua José Faial com a Rua do Mar e acontecem três coisas: ou fazem inversão de marcha o que é complicado porque são veículos grandes; ou seguem em frente; ou

3
Don
ALY

acabam por virar à esquerda e subir a Rua José Faial não conseguindo, muitos deles, passar pela travessa da cooperativa acabando por fazer marcha atrás. O mesmo acontece com os camiões de cargas e descargas que muitas vezes como não têm espaço para estacionar param no meio da rua e descarregam, outras vezes bloqueiam ao fazer a curva e forma-se uma fila de carros que depois têm de fazer marcha atrás, com todo o perigo que essa manobra implica porque vêm carros a subir a mesma rua. Sugere que a Rua José Faial funcione só para os moradores, uma vez que apesar de haver a alternativa da Rua Conde Bandeira que é mais larga, vai dar ao mesmo lugar e onde o trânsito flui sem problemas, os carros continuam a passar na sua maioria, pela Rua José Faial, o que pode acontecer por ser a rua indicada nos GPS. Informa que ultimamente também já aconteceu subirem a Rua Conde Bandeira e descerem a Rua José Faial em sentido proibido e até estacionar nesse mesmo sentido. Quanto à situação do trânsito que passa em frente ao Snack Bar do Brás e vai em frente em sentido proibido, sugere que o sinal de obrigatoriedade de virar à direita seja colocado antes e não depois da travessa, que haja um reforço com sinalética horizontal e sugere ainda a colocação de sinalização horizontal na Rua do Norte desde o cruzamento com a Rua Conde Bandeira até ao cruzamento com a Rua Vasco da Gama onde levaria também uma seta a indicar para a esquerda e/ou em frente. -----

-----A Secretária Cláudia Rosa sugere que seja feito o mesmo no cruzamento seguinte que dá acesso ao centro de dia. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o período antes da ordem do dia e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Sr. Carlos de Jesus confirma que é precisamente essa parte que tem um declive acentuado onde é fácil escorregar. -----

----- O Presidente da Junta informa que a situação já está identificada e que os serviços irão fazer a continuação das escadas

em madeira, uma vez que já não podem ser feitas em alvenaria. À semelhança do caminho existente entre a Praia dos Buizinhos e a Praia do Banho, vai ser feito um igual, em pó de pedra prensado, na Praia do Salto e também no acesso à Praia da Cerca Nova, onde serão também substituídas as cordas. Informa que nos próximos anos o objetivo é fazer o revestimento das escadas em madeira em todas as praias, à semelhança ao que foi feito na Praia dos Buizinhos, será um investimento dispendioso e que será feito de forma gradual. Requalificar os acessos às praias é algo que consideramos muito importante, foi também reivindicado junto da Câmara Municipal o acesso para pessoas com mobilidade reduzida no lado norte da Praia Grande, porque não existe nenhuma praia com essas condições na freguesia. -----

----- Relativamente à questão dos arbustos, informa que a Junta não procedeu à limpeza dos estacionamento da Praia da Samoqueira porque teve informação que a Câmara a iria providenciar como já o fez nos estacionamento de S. Torpes e não faria sentido a Câmara ter adjudicado esse serviço a uma firma e a Junta ir proceder à limpeza. -----

----- O Sr. Carlos de Jesus diz que o estacionamento já foi limpo, só que os arbustos estão fora do estacionamento. -----

----- O Presidente da Junta diz que de acordo com informação da Vereadora, o objetivo era limpar uma faixa dos arbustos que estavam fora dos delimitadores, onde o Carlos limpou e muito bem. -----

----- O Sr. Carlos de Jesus informa que o fez por causa do trilho Porto Covo – S. Torpes, uma vez que a madrinha desse trilho lhe deu conhecimento dessa necessidade. -----

----- O Presidente da Junta diz que nesse trilho, desde a Praia Grande até à Samoqueira o caminho é delimitado com os cilindros de plástico que se vão deformando com as mudanças de temperatura e acabam por dar mau aspeto, no entanto, a Junta não os pode retirar porque foram colocados de acordo com um projeto financiado por

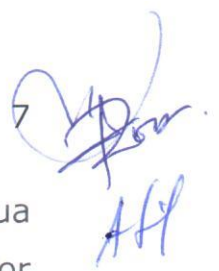
fundos comunitários. A ideia seria substituí-los por madeira, tal como está entre o miradouro dos buzininhos e a Praia Pequena, esta seria a melhor solução pois o piso ficaria mais regular e mais cómodo. Diz que concorda com a questão levantada relativamente fecho do acesso pedonal entre a Rua da Eira Nova e a Rua Joaquim Augusto e que a mesma será reportada à Câmara Municipal. -----

----- Em resposta às questões e propostas apresentadas pelo Sr. José Costa, o Presidente da Junta agradece antes de mais a colaboração, diz estar de acordo com os problemas apresentados e que as propostas serão analisadas e a Junta irá tentar resolver, dentro das duas capacidades, mesmo sem o plano viário, através da colocação de alguns sinais e substituição de outros. -----

----- O membro da assembleia André Luz pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e parabeniza o Executivo e todos os intervenientes que possibilitaram a realização da festividade do S. João e que foi muito bonito de ver após o período de pandemia, haver alguma cor e tradição em Porto Covo. Refere-se a algumas questões já aqui faladas de alguma forma noutras assembleias, apenas para não caírem no esquecimento, é o caso das luminárias da Rua Jacinto Fernandes Bandeira na Cerca do Meio, diz que teve hoje a preocupação de antes de vir para a Assembleia verificar que a situação não está ainda resolvida e informa que depois de já ter reportado a situação também na Assembleia Municipal, tomou a iniciativa de tirar uma fotografia e carregar na aplicação da E-REDES. Refere que não pode deixar de verificar que alguns Concelhos têm uma melhor ligação com a E-REDES do que outros e há dias, no jornal Setúbal Mais, constatou terem havido alguns investimentos ao nível das infraestruturas elétricas no distrito de Setúbal. Sines foi por acaso contemplado com uma subestação, mas ficou de fora a substituição das luminárias, ficou com a ideia de que alguns Concelho estão com uma ligação mais direta para de alguma forma comunicar com a E-REDES. Outro assunto que também já foi falado aqui e na

Assembleia Municipal é a questão do lote 220 e sinceramente ainda não percebeu como é que esta situação se encontra e mesmo não sabendo, pensa que ainda se está muito a tempo de tentar junto da autarquia fazer valer uma regulamentação para atribuição das moradias, que considera essencial ser feita com base em três pilares: que seja habitação para jovens, essencialmente até aos 30 ou 35 anos; que seja uma primeira habitação; e que contemple jovens essencialmente de Porto Covo e eventualmente também de Sines. Considera que isto é essencial fazer valer junto de quem irá regulamentar a atribuição destas moradias, já que não sabemos quando elas irão existir, pelo menos quando existirem que haja uma fundamentação justa na sua atribuição. Gostaria de perguntar, uma vez que estamos no fim de Junho, se existe alguma coisa prevista relativamente à ocupação de tempos livres para as crianças de Porto Covo, sabe que em Sines existe alguma confusão e que não tem sido fácil inscrever as crianças. Por fim, refere que leu uma notícia publicada pela Câmara Municipal de Sines relativamente aos transportes rodoviários urbanos de Sines e diz ser pertinente reivindicar a necessidade de haver também uma ou duas carreiras por dia para Porto Covo, com um passe acessível. Diz que em Sines o passe urbano custa cerca de cinco euros e devia ser criado algo idêntico para que as pessoas de Porto Covo possam ir a Sines e voltar de forma regular, todos os dias da semana, logicamente a um preço simpático até porque como sabemos os combustíveis continuam a disparar. -----

----- O Presidente da Junta responde relativamente à iluminação da Rua Jacinto Fernandes Bandeira que o que pode transmitir é o mesmo que o Presidente da Câmara já referiu. O problema das luminárias já tinha sido falado aqui e foi reportado por diversas vezes, tendo sido sistematicamente reforçada a identificação do problema e solicitada informação sobre o ponto de situação, o que nos é transmitido é que estão dadas para substituição, mas há um



desfasamento entre o que é dado para substituição e a sua substituição efetiva. Diz que concorda com a existência de uma maior ligação de alguns municípios à E-REDES e não será com certeza, por culpa da Junta que não existe uma ligação mais colaborativa com a E-REDES. No modelo antigo era a Junta de freguesia que fazia o reporte direto das luminárias avariadas e do que era preciso substituir ao nível das infraestruturas, neste momento, tudo isso deve ser feito através da aplicação e por isso temos pedido aos munícipes para fazerem o reporte porque a Junta de Freguesia tem tanto peso nesse procedimento como qualquer cidadão. -----

----- A Secretária Ana Gil pergunta qual foi a resposta do Presidente da Câmara a essa questão. -----

----- O Presidente da Junta responde que o Presidente da Câmara transmitiu na Assembleia Municipal que quando as pessoas identificam um problema devem reportá-lo através da aplicação. O mesmo já tinha sido aqui referido, é o sistema que existe e apesar de não concordarmos, não o conseguimos transpor. -----

----- Quanto ao artigo 220, o Sr. André Luz focou e bem, que a questão da aquisição de habitação é muito cara, problema que se verifica não só em Porto Covo, mas em todo o litoral português e a falta de habitação é um problema sentido a nível nacional. Porto Covo tem este problema, e há pelo menos vinte anos que se batalha para encontrar soluções como esta, que é mínima em relação à carência sentida. Informa que levou vários membros da Assembleia Municipal ao local, para mostrar que quando fala nas reuniões é com razão, perceberam que é um problema que tem que ser ultrapassado e ao qual a Câmara Municipal tem de dar a devida importância. O que nos foi transmitido foi que há um litígio com o empreiteiro que não recebeu o valor total da verba porque não concluiu as infraestruturas. A manilha existente no local não teve capacidade para escoar a água da chuva e a da linha de água que vem da zona do Arneiro, tendo levado ao abatimento das infraestruturas já construídas o que fez

com que o empreiteiro não as concluísse. A Câmara, por sua vez, não quer acionar a garantia bancária porque o seu valor não é suficiente para concluir as infraestruturas, e também não pagou o que era para pagar ao empreiteiro, e portanto, reteve esse valor. -----

A Junta tem feito pressão, porque independentemente de se gastar mais vinte ou trinta mil euros, o importante é que a obra avance e não concordamos com a postura da Câmara Municipal em perpetuar a conclusão do loteamento. Refere que o assunto do artigo 220 tem sido levantado em todas as Assembleias Municipais porque é uma questão imprescindível para os jovens. Sobre o regulamento irá ser colocado à discussão, o problema é que não há uma restrição entre jovens de Sines e jovens de Porto Covo porque é um lote Municipal, no entanto, quando for criado, o regulamento há-de prever todas estas situações e o mesmo será discutido em Assembleia Municipal, assim como na parte da discussão pública será importante a participação e a manifestação da opinião de todos sobre situações que possam ser alteradas ou melhoradas. -----

----- Sobre a ocupação de tempos livres em Porto Covo, a Junta não tem neste momento, condições de fazer o ATL que se fazia antes da pandemia uma vez que a funcionária que assegurava esse serviço está com horário reduzido por licença de amamentação. A Junta, para contratar funcionários com um contrato sem ser a tempo indeterminado tem de abrir um concurso que leva pelo menos seis meses. Foi estabelecido contacto com a Associação "A Gralha" no sentido das instalações da casa da juventude virem a ser também um ATL em parceria com a Segurança Social e com o IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude), como a associação é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) pode ter essas valências com apoios da Segurança Social, o que seria certamente importante para nós, e até mesmo analisar a questão da creche, uma vez que o edifício pode ser adaptado. É preciso identificar primeiro quais são as necessidades, o número de crianças que poderão ser

9
V.P. Silva
A.M.

abrangidos e depois sim, dar início às conversações com as respetivas entidades. -----

-----Sobre os transportes rodoviários aquilo que está feito em Sines é através da CIMAL, em vez de ser a Câmara Municipal a fazer os transportes urbanos passa a ser a rodoviária e a nossa reivindicação tem sido junto da Câmara Municipal e da CIMAL no sentido de possibilitar a vinda de uma carreira a Porto Covo, no entanto, o que nos dizem é que uma urbana não pode passar numa estrada nacional e neste caso teria que passar a estrada nacional 120 entre a rotunda do terminal XXI e o cruzamento de S. Torpes. Para ultrapassar esta questão a nossa proposta é não designar esse serviço como urbano. Já foi pedida uma reunião com o Diretor executivo da CIMAL, no sentido de agilizar a situação dos transportes que é efetivamente uma lacuna na freguesia. -----

----- O Presidente da assembleia dá início à ordem de trabalhos. ---

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1º PONTO: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

----- O Presidente da assembleia coloca em análise a ata da reunião anterior. -----

----- O membro da assembleia André Luz solicita que nas próximas atas seja substituída a referência aos membros eleitos pela "coligação PSD/CDS-PP" por membros eleitos pelo "PDS" uma vez que a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais refere no seu 17.º artigo ponto 4 que: "*As coligações para fins eleitorais não constituem individualidade distinta dos partidos e deixam imediatamente de existir logo que for tornado público o resultado definitivo das eleições.*" -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à aprovação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

2º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO II TRIMESTRE DE 2022 -----

----- O Presidente da assembleia coloca em análise a ata da reunião anterior. -----

----- A Secretária da Junta lê o documento para todos os presentes.

----- O Presidente da Junta informa que a rede para colocar na EB1 de Porto Covo já foi adquirida e que será colocada assim que houver disponibilidade dos serviços. -----

----- O membro da assembleia Luís Pedro Silva, cumprimenta todos os presentes e refere-se a alguns pontos do relatório de atividades: relativamente ao ensino, quando é referido o material de limpeza e conforto fornecido para garantia da higiene e bem-estar dos alunos e professores da EB1 e JI, questiona que material é este e especialmente no que toca ao conforto pergunta se serão os famosos aquecedores que no inverno se queixaram que não havia, ou ao equipamento de aquecimento que supostamente teria sido adquirido aquando da construção da escola e que nunca foi posto em funcionamento. Sobre os serviços externos é referida a limpeza do centro urbano, e questiona o que entendem como centro urbano se é a rua principal e algumas paralelas, porque não é do agrado de todos encontrar alguns episódios principalmente nos depósitos do lixo, diz que sabe que é um problema antigo, mas com o avançar da época balnear a situação agrava-se. Pegando ainda na limpeza do centro urbano, refere que se falou há pouco na atribuição de serviços pela Câmara Municipal para limpeza de parques de estacionamento, gostaria de saber se haverá em breve um serviço para mexer nos lotes do artigo 47.º onde a vegetação já vai para além da estrada e não é de todo agradável que assim se mantenha. Sobre a deslocação do depósito junto ao cemitério que julga referir-se ao depósito de sucata e detritos lá existente, questiona se é uma deslocação definitiva ou se, e pede desculpa pela expressão, se trata de "empurrar o problema com a barriga" e deslocá-lo apenas um pouco

para mais à frente. Em relação à reunião com a ANACOM, sobre as comunicações sabe que houve várias reuniões com outros Concelhos e não apenas com o de Sines. -----

----- O Presidente da Junta informa que as reuniões foram feitas aleatoriamente em determinadas zonas. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que gostava de saber qual foi o resultado dessa reunião. Ainda sobre o contrato de telecomunicações, um tema já antigo, foi dito que a reunião não se realizou, que não se sabiam os termos em que estava o contrato, sabia-se apenas que existia um período de fidelização de alguns anos, mas não se sabia bem o que é que esse contrato contemplava e pergunta se há mais alguma novidade sobre esse assunto. -----

----- O membro da assembleia André Luz pergunta como é que se processa o encaminhamento e a gestão dos monos e dos resíduos provenientes das limpezas de fossa que são recolhidos pelos serviços, e pergunta se as bases para contentores se referem às dos contentores subterrâneos. -----

-----O Presidente da Junta começa por responder às questões levantadas pelo membro da Assembleia Luís Pedro da Silva. Em relação ao ensino, informa que o material de conforto não contempla equipamentos e que a competência da freguesia é proceder ao fornecimento de todo o material de limpeza ao nível de detergentes, papel higiénico, toalhetes de mãos. O fornecimento destes consumíveis às escolas do primeiro ciclo é uma competência direta das freguesias. Em relação aos equipamentos refere que desconhecia que os aquecedores não funcionam, tem conhecimento dos problemas existentes na caldeira, mas não em relação ao aquecimento. -----

----- Sobre os lotes, foi enviado um e-mail à Câmara Municipal a pedir a notificação dos proprietários para procederem à limpeza dos mesmos, num determinado prazo, sem a identificação dos proprietários a Junta não os consegue notificar, o ideal seria a Junta

proceder à limpeza e enviar a conta do serviço prestado ao proprietário do terreno. O que acontece é que nem a Câmara consegue muitas das vezes fazer a identificação dos proprietários. ---

----- Em relação à questão do depósito diz que não se trata de "empurrar com a barriga" até porque não tem por norma "empurrar problemas com a barriga" prefere e gosta de resolve-los. A questão aqui, é que a Junta de freguesia não é proprietária de nenhum terreno onde possa ter o estaleiro e o local onde se encontra atualmente era o único que tinha disponível para resolver a necessidade de colocar as recolhas de monos, verdes e alguns materiais, no entanto, tem havido muitas queixas do morador e proprietário da casa ao lado e com razão, porque acaba por ter uma quantidade de resíduos que ninguém gosta de ter ao lado da sua porta, e com a Junta é sensível a esta situação, a solução encontrada foi o terreno da zona de expansão do cemitério que não se prevê ser para breve. Este espaço já tem alguns arbustos à volta, será também vedado e resolverá este problema. Ficando a zona de passagem para o Hotel com um aspeto mais cuidado, o objetivo é futuramente fazer no espaço que vai ficar livre uma bolsa de estacionamento para quem visita o cemitério, no Plano de Urbanização está previsto um jardim e a continuação da estrada do cemitério na direção da Raposeira vai ao encontro da Rua António Luís Lamelas. -----

----- Em resposta à questão da ANACOM, informa que irá fazer chegar a todos o relatório sobre as telecomunicações. Informa que teve conhecimento da apresentação no Concelho de Odemira e no Concelho de Sines porque o Diretor da ANACOM fez uma analogia entre o estudo realizado em ambos os concelhos. Em Odemira, 48% das tentativas de chamadas ao nível das telecomunicações falharam, em Sines, verificou-se uma taxa de 0,05%. As falhas verificadas são na zona da Cabeça da Cabra e na zona do Paiol. A Junta apresentou outras questões entre as quais, a falta de rede nas praias pois em muitas nem é possível efetuar chamadas de emergência, e a Câmara

apresentou também esse problema em relação à zona da Costa do Norte. Em termos de internet, foram feitos vários testes com as várias operadoras: Vodafone, MEO e NOS e verificou-se que na zona da Cabeça da Cabra a Vodafone é a que tem menos sinal, mas é a que funciona melhor porque tem um sistema que congrega todas as disponibilidades do serviço para possibilitar a chamada funcionando por isso, melhor do que as outras. No entanto, em comparação com Odemira não consideraram representativas as falhas que se verificam no Concelho de Sines. Diz que referiu a questão da especificidade do Concelho de Odemira pela sua interioridade e que não se pode comparar ambos os Concelhos. O que foi dito pela ANACOM é que Odemira carece de uma resposta mais imediata dadas as dificuldades sentidas, uma vez que está em causa a possibilidade de pedido de socorro em algumas zonas. Sobre a fibra, há as chamadas zonas brancas que são as que não estão cobertas por fibra que é o caso de quase todo o Alentejo e Algarve. O Litoral Norte e Centro já têm área totalmente coberta, tal como a Península de Setúbal, Sines cidade e algumas zonas do Algarve Litoral. Segundo a informação prestada, existem fundos comunitários destinados a esta matéria e a aposta do Governo é que até dezembro de 2023 Portugal tenha uma cobertura ao nível da fibra de cerca de 75%, e até 2025 cerca de 90% de todo o território nacional. Porto Covo está numa zona branca portanto aquilo que foi transmitido é que teremos que aguardar possivelmente até 2023. Informa que questionou porque é que existe fibra para empresas em Porto Covo e não para pessoas singulares ao que responderam que tinha a ver com o negócio, diz que referiu a reunião que houve na Junta com ambos os Diretores Comerciais da Altice empresas e da Altice para pessoas singulares e o que foi dito é que a Junta teria que fazer uma apresentação da possibilidade de crescimento da área urbana para potenciar a instalação da fibra, mas o Diretor da ANACOM disse que seria melhor a Junta não o fazer porque estaríamos a condicionar os consumidores a uma única rede,

por exemplo, se for a MEO a fazer a instalação só os clientes MEO podem ter fibra, por isso devemos aguardar por um serviço público para que a população possa escolher livremente e sem condicionalismos, havendo assim concorrência perfeita o que beneficiará os consumidores por terem acesso a preços mais competitivos. -----

----- O membro da assembleia Luís Pedro Silva diz que em Vila Nova de Milfontes há fibra até aos Alagoachos. -----

----- O Presidente da Junta diz que existe fibra nas áreas urbanas como também acontece em Sines. -----

----- O Tesoureiro da Junta diz que aqui perto de Porto Covo também há fibra a questão é que não é viável fazerem três quilómetros de fibra para cem ou duzentos consumidores. -----

----- O Presidente da Junta diz que há possibilidade de qualquer operadora de comunicações fazer a instalação porque ao fazer esse investimento está a captar clientes e consegue rentabilizar o investimento com a procura que existe, o que acontece é que Porto Covo é um mercado pequeno e não é rentável para fazer esse investimento. Pediram à Junta para explicar num relatório as perspectivas de crescimento ao nível turístico e habitacional para dar suporte a uma tomada de decisão, por parte da Altice, para avançar com o investimento, mas o presidente da ANACOM disse foi que enquanto Junta de freguesia deveria sim, assegurar a garantia de um serviço universal no qual o consumidor pode escolher a operadora que seja para si mais vantajosa, se for apenas uma operadora o consumidor fica limitado às condições por ela impostas. Possivelmente em Vila Nova de Milfontes foi o que aconteceu. -----

----- Em resposta às questões colocadas pelo membro da Assembleia André Luz, o Presidente da Junta responde que sempre que existem monos e restos de jardim junto aos contentores e sempre que é solicitado à Junta de freguesia a remoção desse tipo de material, a Junta tem de ter onde o depositar porque está acordado

com a Câmara que ao fim de alguns dias os seus serviços vêm recolher e transportar tudo o que a Junta foi colocando no depósito criado para o efeito. Informa que desde dezembro deixou de ser a Câmara a proceder à recolha, embora a responsabilidade seja sua, o serviço foi adjudicado à firma "Valor Sines", empresa credenciada para este tipo de serviço e posteriormente faz a separação e o devido tratamento dos resíduos. Quanto à limpeza das fossas como são resíduos domésticos faz-se o seu encaminhamento para a ETAR que tem um sistema coletor onde o bauer faz o despejo. Em relação às bases referem-se à envolvente dos contentores com as bases nas quais se posicionam os referidos contentores. -----

3º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ASSOCIAÇÃO DA FREGUESIA DE PORTO COVO À ROTA VICENTINA: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o terceiro ponto. -----

-----O Presidente da Junta refere que depois da proposta do Carlos na Assembleia de freguesia e existindo já essa vontade ao nível da Junta em potenciar aquilo que é a Rota Vicentina e tirar partido do nosso território, faz todo o sentido que a freguesia se associe à Rota, faça parte da organização e ter voz na construção da estratégia e pronunciar-se sobre a área da freguesia nesta organização tão importante na promoção e valorização do território. A Rota atrai caminhantes a Porto Covo durante todo o ano, ficam nos alojamentos locais, nos hotéis e consomem no comércio local, o que dá alguma rentabilidade à nossa economia. Procede à leitura da proposta. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que fica bastante agradado com esta proposta já em cima da mesa, manifesta a sua vontade em participar prestando ajuda ao Sr. Carlos de Jesus no desenho do percurso verde, uma vez que do ponto de vista pessoal uma das suas atividades profissionais também passa por

desenhar alguns percursos e gostava, se houver essa abertura, de participar na sua elaboração. -----

----- O Presidente da Junta diz que terão todo o gosto em aceitar essa colaboração e diz que todos juntos não serão demais na construção daquilo que querem para a nossa freguesia, diz que a integração deste circuito no mapa da Rota Vicentina não será imediata porque a sua inclusão imediata implicaria mudar toda a informação já existente o que teria um custo muito elevado para a rota. De acordo com reunião com a Dra. Marta Cabral, Presidente da Rota, foi-nos dito para avançar com a criação do circuito, com a identificação, a sinalização, e os materiais da rota ao nível da sinalética de acordo com o utilizado pela Rota e quando houver mudanças em termos de painéis e folhetos informativos seriam então incluídas as duas rotas de Porto Covo. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro da Silva diz que possivelmente o Sr. Carlos conhecerá a rota algarviana onde em certas zonas existem alguns trilhos, um deles até engraçado na serra ao lado de Monchique e seria interessante ter a possibilidade de fazer algo semelhante em volta da barragem para esse tipo de passeios. --

----- O Presidente da Junta diz que a volta da barragem já não é na freguesia de Porto Covo e aí já terá de ser a freguesia de Sines ou o Município. -----

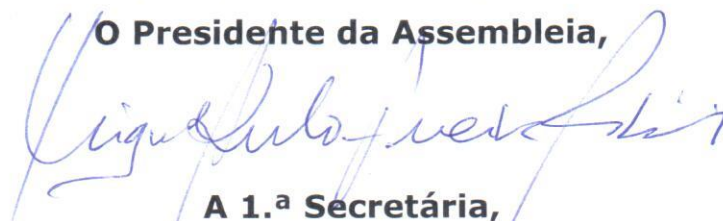
----- O membro da Assembleia André Luz refere que subscreve o que o Sr. Luís Pedro Silva disse. Gosta imenso desta rota e do quanto a Rota potencia o turismo desde Porto Covo até Sagres, são super organizados, mas deixa o desabafo em relação ao nome de Rota Vicentina porque engloba duas zonas geográficas, uma é a Costa Alentejana e outra é a Costa Vicentina e muitas vezes referem-se a Porto Covo como Costa Vicentina, o que lhe faz muita confusão porque a Costa Vicentina começa em Odeceixe e queria deixar aqui este reparo. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca o terceiro ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

----- Perante a necessidade de aprovação dos pontos em minuta para que os mesmos tenham efeitos legais imediatos, a Primeira Secretária da Assembleia lê as respetivas minutas que são aprovadas por unanimidade. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h40 horas, do dia 30 de junho do ano de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia,



A 1.ª Secretária,



A 2.ª Secretária,





ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 30/06/2022

ORDEM DO DIA

1. Análise e aprovação da Ata da reunião anterior

Votação:	PS	PSD
A Favor	5	2
Contra		
Abstenção		

Resultado:

1. A ata da reunião anterior foi aprovada por: unanimidade

O Presidente:

1.^a Secretária:

2.^a Secretária:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 30/06/2022

ORDEM DO DIA

2. Análise da atividade da Junta no II Trimestre de 2022, nos termos da alínea e) do artigo 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Resultado:

2. Foi apreciada a atividade da Junta no II Trimestre de 2022, nos termos da alínea e) do artigo 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

O Presidente:

1.ª Secretária:

2.ª Secretária:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Assuntos Aprovados em Minuta

Sessão Ordinária de 30/06/2022

ORDEM DO DIA

Ponto 3 – Aprovação da associação da Freguesia de Porto Covo à Rota Vicentina, nos termos da alínea j), do n.º 1, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que prevê a autorização da Assembleia à Junta de Freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas.

Votação:	PS	PSD
A Favor	5	2
Contra	-	-
Abstenção	-	-

Resultado:

A associação da Freguesia de Porto Covo à Rota Vicentina, foi aprovada por:
unanimidade

O Presidente:

[Handwritten signature]

1.ª Secretária:

[Handwritten signature]

2.ª Secretária:

[Handwritten signature]